

## Inclusão na Diversidade

2018/2021



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Social Europeu

## Índice

INTRODUÇÃO.....	1
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>3</b>
1 - DA CONJUNTURA EDUCACIONAL AO CONTEXTO LOCAL .....	3
2 - A INSTITUIÇÃO .....	4
2.1 - Locais onde desenvolvemos a nossa atividade.....	4
2.2 - Órgãos e Estruturas da Instituição .....	5
3 - OFERTA FORMATIVA .....	6
3.1 - Cursos Profissionais .....	7
3.1.1 - Estrutura dos cursos .....	7
3.1.2 – Destinatários .....	7
3.2 - Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF).....	8
3.2.1 - Estrutura dos cursos .....	8
3.2.2 – Destinatários .....	8
3.3 - Cursos Aprendizagem em Alternância.....	9
(Tutelados pela Entidade Proprietária) .....	9
3.3.1 - Estrutura dos cursos .....	9
3.3.2 – Destinatários .....	9
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>10</b>
1 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PROJETO EDUCATIVO DA ESCOLA.....	10
2 - MISSÃO .....	11
3 - OBJETIVOS.....	11
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>14</b>
1 - CONCEITO DE CURRÍCULO .....	14
2 - PROJETO CURRICULAR DE TURMA .....	16
2.1 - Contextualização .....	16
2.2 - Competências .....	16
2.3 - Avaliação Diagnóstica por Disciplina/Módulo/UFCD .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
2.4 - Planificação de Desenvolvimento Curricular .....	17
2.5 - Desenvolvimento Curricular por Disciplina/UFCD .....	18
2.6 – Cidadania e Desenvolvimento.....	19
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>21</b>
1 – RECURSOS .....	21
1.1 - Recursos Materiais .....	21
1.2 - Recursos Humanos .....	22
1.3 - Recursos Financeiros .....	23
<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>24</b>
1 - PARCERIAS .....	24
<b>CAPÍTULO VI .....</b>	<b>27</b>
1 - FORMAÇÃO CONTÍNUA DO PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE.....	27
<b>CAPÍTULO VII .....</b>	<b>28</b>

Cofinanciado por:



1 - AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	28
1.1 - <i>Análise Interna</i> .....	28
1.2 - <i>Análise Externa</i> .....	29
<b>CAPÍTULO VIII .....</b>	<b>31</b>
1 - SUPORTES DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO EDUCATIVO .....	31
1.1 - <i>Regulamento Interno</i> .....	31
1.2 - <i>Plano Anual de Atividades</i> .....	31
2 - ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO EDUCATIVO DA ESCOLA .....	32
NOTA FINAL .....	33
RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS.....	34

Cofinanciado por:



## Introdução

O Projeto Educativo da Escola (PEE) – segundo os Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril e 92/2014 de 20 de junho é o documento que consagra a orientação educativa, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

Assim sendo, no sentido de uma melhoria contínua, e tendo em conta as alterações legislativas que vêm emergindo sentimos a necessidade de reajustar o último Projeto Educativo que remonta ao ano de 2017.

Neste seguimento, conforme o determinado no Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, foi necessário introduzir alterações na forma como a escola e as estruturas de apoio se encontram organizadas. Reconfiguraram-se então alguns serviços de modo a dar a estrutura formal às boas práticas de uma instituição que tradicionalmente sempre teve como missão a *Inclusão na Diversidade*. O próprio Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho, prevê uma escola inclusiva, promotora de melhores aprendizagens para todos(as) os(as) alunos(as) e operacionalização do perfil de competências que se pretendem que os(as) mesmos(as) desenvolvam para o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida.

Para tal, como está previsto no mesmo documento legal, é necessário adotar soluções adequadas ao contexto e às reais necessidades dos(as) nossos(as) jovens.

É também fundamental, que o currículo seja equacionado como um instrumento que ao ser desenvolvido permita e garanta que todos(as) os(as) alunos(as) adquiram os conhecimentos e desenvolvam capacidades e atitudes que contribuam para as competências previstas no Perfil dos(as) Alunos(as) à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Em conformidade com tudo isto, propomos agora um PEE atualizado, para um horizonte de três anos letivos, que seja o instrumento privilegiado da estruturação da identidade da Escola, que comprometa todos os membros da comunidade educativa, escolar e local, em torno do propósito soberano de combate ao abandono e à exclusão escolar. Para tal, desenvolverá mecanismos que proporcionam uma inclusão mais

Cofinanciado por:



efetiva dos(as) jovens no sistema educativo, recebendo-os(as), independentemente da sua condição, não os(as) excluindo do processo de seleção pelos seus percursos escolares menos bem sucedidos. Pelo contrário, dá-se-lhes primazia. Isto é, numa perspetiva de inclusão, trabalha-se a diversidade dos(as) jovens na [re]descoberta de capacidades e competências, sobretudo ao nível do saber, saber-ser e do saber-estar, o que no âmbito do seu desenvolvimento pessoal, social e profissional, reflete e [re]afirma uma identidade coletiva.

*“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”*

Paulo Freire

Cofinanciado por:



## Capítulo I

### **1 - Da Conjuntura Educacional ao Contexto Local**

No âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar<sup>1</sup>, um ensino de qualidade para todos(as), o combate ao insucesso escolar, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e o aumento da eficiência e qualidade das instituições de educação e formação, constituem-se princípios centrais da presente política educativa, que pretende superar os desafios da atual conjuntura.

O mesmo programa considera que a concretização destes desígnios implica o envolvimento ativo das diferentes entidades responsáveis pelo setor da educação, em especial das escolas e dos(as) formadores(as)/professores(as). Assim torna-se necessário adotar uma nova estratégia para o setor, assente em soluções locais, em articulação com os vários agentes, designadamente, as autarquias locais, as instituições da comunidade e as entidades formadoras.

Partilhando do princípio que é a escola que melhor conhece os seus contextos, assim como as dificuldades e potencialidades do meio envolvente, está por isso melhor preparada para encontrar soluções locais e conceber projetos com o objetivo de melhorar as práticas educativas e as aprendizagens dos(as) alunos(as).

A nossa entidade não vive à margem dos problemas sociais, muito menos coloca de parte os contextos menos favorecidos da sociedade. A Alternância está inserida nas periferias dos Concelhos do Porto e de Matosinhos, onde se localizam alguns dos bairros sociais, territórios onde o acesso às oportunidades é escasso, com indicadores marcados pelo insucesso escolar; pelas baixas expectativas em relação à escola; pelo absentismo e abandono escolar... mas também pela heterogeneidade de competências e pela multiplicidade de experiências e realidades que nos desafiam a trabalhar numa perspetiva de transformação e inclusão social.

<sup>1</sup> Publicado pela Resolução de Ministros n.º 23/2016

## 2 - A Instituição

A Alternância – Ensino e Formação Profissional, doravante designada de **Alternância**, é uma cooperativa de ensino fundada em 1986, certificada pela DGERT, tendo, desde 2003 e ao abrigo do Decreto-Lei nº 4/98 de 04 de janeiro<sup>2</sup>, a Escola Profissional Alternância como sua propriedade (**Epa**).

A **Epa** é desde então uma entidade formadora, titular da Autorização de Funcionamento nº 157 de 16/03/2003, outorgada pelo Ministério da Educação e tem direcionado a sua atividade educacional para as diferentes tipologias de educação/formação.

### 2.1 - Locais onde desenvolvemos a nossa atividade

A **Alternância** tem sede na Rua Luísa Tody – 4465 – 196 S. Mamede de Infesta, concelho de Matosinhos e delegação na Rua Engenheiro Ezequiel Campos, nº 106 – 4100 – 228 - Porto.

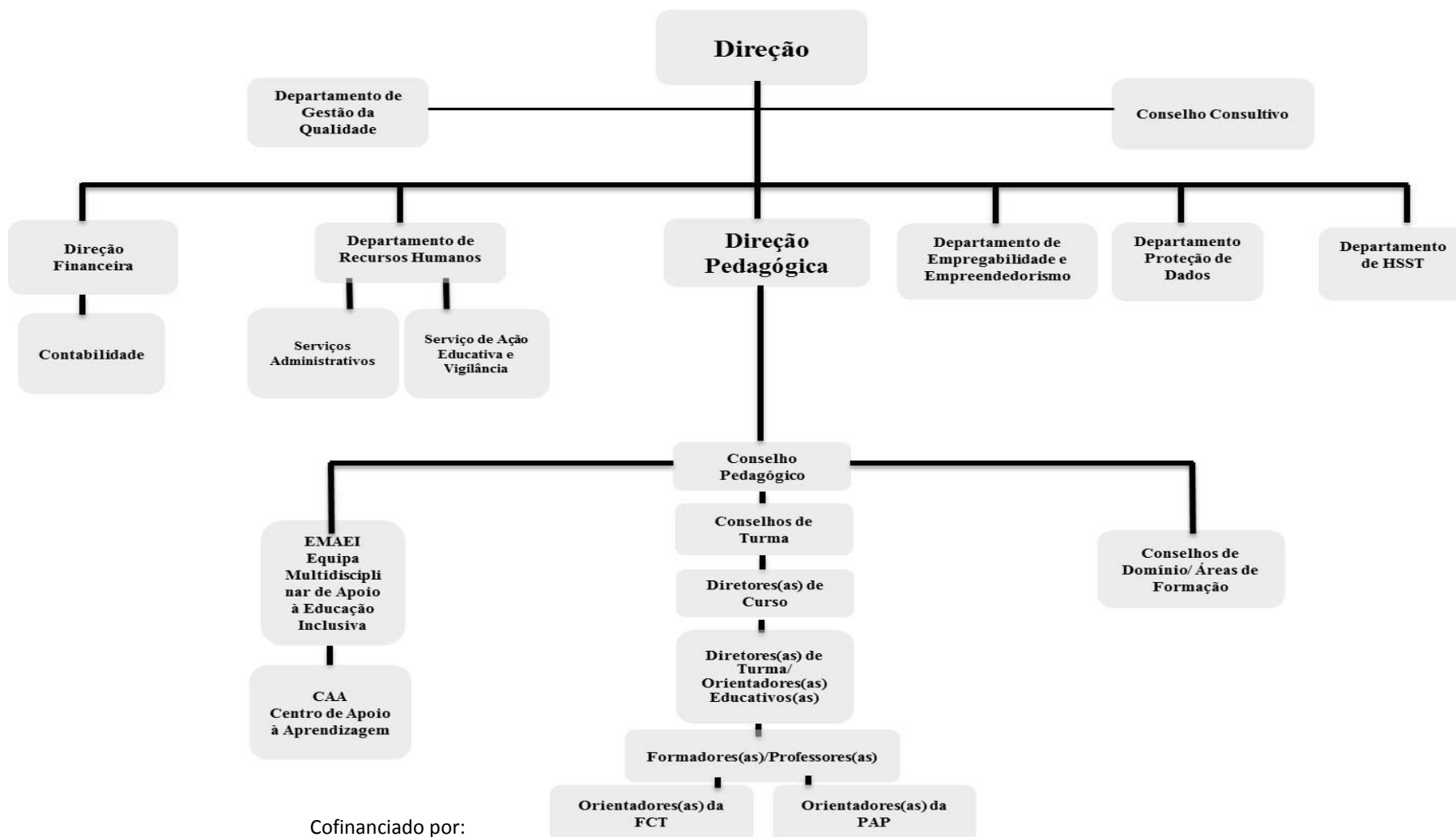
A **Epa** está sediada na Rua de Timor, nº 97 – 4460 – 902 - Guifões – Matosinhos, com delegações na Rua Engenheiro Ezequiel Campos, nº 106 – 4100 – 228 – Porto e na Rua Luísa Tody – 4465 – 196 S. Mamede de Infesta.

<sup>2</sup> Alterado pelo Decreto-Lei 150/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei nº 92/2014, de 20 de junho

Cofinanciado por:



## 2.2 - Órgãos e Estruturas da Instituição



Cofinanciado por:





### 3 - Oferta Formativa

Anualmente, elaboramos um Plano de Formação com cursos em áreas com maior empregabilidade e que se revelam mais emergentes, tendo em conta as necessidades formativas últimas do público, ao qual damos resposta.

São áreas que a nível local se encontram em linha com as prioridades do mercado e por esse motivo estão adequadas às estruturas do tecido empresarial.

É de sublinhar que a preponderância da oferta formativa da **Epa** assenta na área de Hotelaria/Restauração devido ao facto de no concelho de Matosinhos esse setor ter particular importância, uma vez que se trata do concelho da Europa com mais estabelecimentos de Restauração por Km<sup>2</sup> e onde a oferta formativa nesta área é escassa. Ou seja, para a enorme procura de recursos qualificados não há a necessária correspondência formativa.

Porém, alargamos o leque da oferta formativa a outras áreas, pois os objetivos da **Epa** assentam em modelos de inclusão e inserção: queremos, por um lado, que a nossa oferta responda às necessidades das organizações mas, por outro, que vá de encontro às expectativas e vocação dos(as) jovens, uma vez que consideramos que este fator é determinante para a conclusão com sucesso dos seus percursos escolares.

Em conformidade com os recursos humanos e materiais, instalações e equipamentos existentes na escola, é então nosso propósito desenvolver os seguintes planos formativos: Cursos Profissionais (CP), Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF) e Cursos de Aprendizagem em Alternância (assegurados pela entidade proprietária).

Cofinanciado por:



### 3.1 - Cursos Profissionais

Desde o ano letivo 2009/2010, a **Epa** encontra-se autorizada a ministrar, ao abrigo do Decreto-Lei nº 04/98, de 8 de janeiro, artºs 6º e 7º, alterado pelo Decreto-Lei 92/2014 de 20 de junho, os seguintes cursos:

- Técnico/a de Ação Educativa
- Técnico/a Instalações Elétricas
- Técnico/a de Cozinha/Pastelaria
- Técnico/a de Restaurante/Bar
- Técnico/a de Organização de Eventos
- Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar
- Cabeleireiro(a)

#### 3.1.1 - Estrutura dos cursos

A matriz curricular do curso está organizada em três componentes de formação:

- Sociocultural;
- Científica;
- Tecnológica, que inclui o estágio formativo em contexto de trabalho.

#### 3.1.2 – Destinatários

Estes cursos estão direcionados para um público juvenil que pretenda o ensino secundário concluído bem como uma qualificação profissional, com o 9º ano de escolaridade (ou formação equivalente), com idade máxima de 19 anos à data de início do curso e, procure uma componente mais prática, mas esteja dúvida quanto ao facto de mais tarde prosseguir estudos (mesmo podendo fazê-lo). Esta opção tem particular interesse porque foca uma área em concreto, com a sua componente tecnológica profissionalizante.

Cofinanciado por:



## 3.2 - Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)

Ao abrigo do Despacho Conjunto nº 453/2004, de 27 de julho, com as alterações introduzidas pela Orientação Técnica nº 3/2016 da ANQEP, são lecionados na **Epa** desde o ano letivo 2004/2005, os seguintes Cursos de Educação e Formação (CEF):

CEF's T2 (2 anos letivos) e T3 (1 ano letivo)

- Assistente Administrativo/a
- Assistente de Cabeleireiro/a
- Eletricista de Instalações
- Cozinheiro/a
- Pasteleiro/a/Padeiro/a
- Empregado/a Comercial
- Empregado/a Restaurante/Bar

### 3.2.1 - Estrutura dos cursos

A matriz curricular do curso está organizada em quatro componentes de formação: a Sociocultural, a Científica, Tecnológica e Prática, que inclui a Formação em Contexto de Trabalho.

### 3.2.2 – Destinatários

Os CEF Tipo 2 estruturaram-se para a conclusão do 3º ciclo em apenas 2 anos letivos. Destinam-se a jovens com idade compreendida entre os 15 e os 18 anos, que já tenham concluído o 6º ou 7º ano de escolaridade e/ou que já tenham frequentado o 8º ano, mas sem aproveitamento.

Os CEF Tipo 3 estruturaram-se para a conclusão do 3º ciclo em apenas 1 ano letivo. Destinam-se a jovens com idade compreendida entre os 15 e os 18 anos, que já tenham concluído o 8º ano ou frequentado o 9º ano sem aproveitamento.

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Social Europeu

### 3.3 - Cursos Aprendizagem em Alternância (Tutelados pela Entidade Proprietária)

Desde os primórdios da sua fundação, a **Alternância**, ao abrigo do Decreto-Lei nº 102/84, de 29 de março, revogado pelo Decreto-Lei nº 205/96, de 25 de outubro, desenvolve os seguintes cursos no âmbito do sistema de aprendizagem:

- Técnico/a Auxiliar de Saúde
- Técnico/a Instalações Elétricas
- Técnico/a e Cozinha/Pastelaria
- Técnico/a Restaurante/Bar
- Técnico/a Instalador/a de Sistemas Solares Fotovoltaicos
- Técnico/a Instalador/a de Sistemas Solares Térmicos
- Técnico/a de Eletrotecnia
- Rececionista de Hotel

#### 3.3.1 - Estrutura dos cursos

A matriz curricular do curso está organizada em quatro componentes de formação: - Sociocultural;

- Científica;

- Tecnológica;

- Prática, que inclui a formação prática em contexto de trabalho.

#### 3.3.2 – Destinatários

Para jovens que devem reunir cumulativamente à data de início da formação idade compreendida entre os 18 e os 24 anos, com o 9º ano de escolaridade (ou formação equivalente), sem conclusão do ensino secundário.

Para um público que procure uma componente mais prática e ligada ao mercado de trabalho.

Cofinanciado por:



## Capítulo II

### **1 - Princípios Orientadores do Projeto Educativo da Escola**

Com o intuito primário de consagrar a orientação educativa da escola, a **EPA** foca-se, no âmbito da sua autonomia, em afirmar a sua identidade organizacional, delineando no PEE as metodologias para alcançar a excelência no processo de ensino-aprendizagem.

Neste contexto, o nosso PEE reflete uma visão educacional inclusiva, sem discriminação, centrada no jovem, na comunidade em que este se insere e, na sua integração no mercado de trabalho ou no prosseguimento de estudos.

Os princípios orientadores do PEE são, neste caso, aplicados ao contexto de desenvolvimento do processo educativo visando não só igualdade e equidade no acesso, bem como no sucesso. Assim, o PEE considera prioritariamente a aquisição das finalidades definidas na Lei de Bases do Sistema Educativo para o Ensino Básico e Secundário, que dita que o sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global e integral da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade, assim como, os princípios orientadores da educação inclusiva inscritos no artigo 3º do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho.

Preocupamo-nos em garantir um ensino de qualidade em todas as componentes do saber, com a finalidade de que todo o panorama se reveja atrativo e motivacional para o nosso público. Pretendemos um retrato nosso, singular, assente na compilação unânime de uma pluralidade de saberes para a formação de técnicos profissionais, competentes, inovadores, dinâmicos e responsáveis, aptos a enfrentar os desafios numa sociedade em constante mudança.

Cofinanciado por:



## 2 - Missão

Educar e formar implica saber onde queremos chegar, por onde temos de ir, tendo em conta os desafios que vamos encontrar no caminho.

Neste sentido, é nossa missão:

Implementar e organizar uma formação inclusiva de qualidade, centrada no aluno(a), que contribua para o seu desenvolvimento integral, facilitadora de aquisição de competências e saberes, que lhe permitam um desempenho social e profissional autónomo, responsável e solidário.

## 3 - Objetivos

Tendo em consideração o cumprimento da Missão da **EPA** definimos as áreas de intervenção prioritárias, os objetivos, as estratégias a adotar e as metas a atingir:

Cofinanciado por:



ÁREA DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
Sucesso e Integração Escolar dos(as) Alunos(as)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Combater o abandono escolar;</li> <li>• Promover o sucesso escolar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar práticas de antecipação do sucesso em detrimento de estratégias de remediação;</li> <li>• Desenvolver atividades que promovam o bem-estar e estimulem a motivação dos(as) alunos(as)/formandos(as).</li> <li>• Dinamizar uma consciencialização de toda a comunidade educativa, de que o sucesso escolar e a conclusão do percurso formativo é possível para todos(as) os(as) alunos(as), sendo para tal fundamental o compromisso de todos(as) os(as) intervenientes.</li> </ul>	<p>Reduzir para 10% a taxa de assiduidade;</p> <p>Reduzir anualmente em 5 pontos percentuais a taxa de abandono escolar</p> <p>Aumentar anualmente em 5 pontos percentuais os índices de conclusão do ciclo formativo dos(as) nossos(as) alunos(as)</p>

Cofinanciado por:



ÁREA DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
Sucesso e Integração Escolar dos(as) Alunos(as) (cont...)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a taxa de conclusão nos Cursos EFP;</li> <li>• Aumentar a taxa de empregabilidade dos(as) diplomados(as).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar o prosseguimento de estudos/entrada no mercado de trabalho.</li> <li>• Explorar as expetativas profissionais dos(as) jovens e dinamizar sessões de motivação/orientação para a vida ativa.</li> <li>• Visitas de estudo a organizações.</li> </ul>	<p>Aumentar anualmente em 2 pontos percentuais os índices de empregabilidade dos(as) diplomados(as)</p> <p>Atingir a taxa de 60% na colocação dos(as) diplomados(as) na área de formação concluída</p> <p>Aumentar para 5% a taxa de prosseguimento de estudos dos diplomados.</p>
Relação/Integração Escola-Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar a interação Escola meio envolvente; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar a participação dos(as) encarregados(as) de educação (EE) na comunidade educativa.</li> <li>• Aumentar a participação dos(as) alunos(as)/formandos(as) em atividades de carácter social, cultural, desportivo e recreativo.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamizar a interação com as comissões sociais de freguesia.</li> <li>• Promover a realização de visitas de estudo, torneios desportivos e outras atividades sociais e culturais desenvolvidas no seio da comunidade envolvente.</li> <li>• Fomentar “Mostras” à comunidade das nossas práticas formativas.</li> </ul>	<p>Aumentar em 20% a participação dos(as) EE na escola</p> <p>Aproximar a 90% a participação dos(as) alunos(as)/formandos(as) nas atividades extracurriculares</p>

Cofinanciado por:





## Capítulo III

### **1 - Conceito de Currículo**

Os conceitos de currículo são diversos e extensos, têm por base a planificação das práticas pedagógicas e deve ser o reflexo da construção da cidadania. No conceito mais comum, o Currículo é constituído pelo conjunto de conteúdos a lecionar (devidamente organizados por disciplina/UFCD/módulos). Trata-se de uma planificação do desenho curricular, da metodologia a utilizar e da ação pedagógica a desenvolver. No entanto, não deixa de se tratar apenas dum projeto, pois o “fator surpresa” é permanente, neste contexto complexo que é a escola. Deste modo, trata-se dum documento de suporte, encarado como instrumento passível de ser reajustado. Isto porque, não existem regras que não sejam revistas nem exceções a que não atendamos.

É com base em todas estas particularidades que o nosso PEE se constitui interativo, nomeadamente porque respeita e cruza estruturas políticas, administrativas, económicas, culturais, sociais e escolares.

Procura ainda garantir, conforme prevê o Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, que o Perfil dos(as) Alunos(as) à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos(as), ainda que através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada um(a) progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo.

Para tal, o processo de avaliação de apoio à aprendizagem considera aspetos académicos, comportamentais, sociais e emocionais, mas também fatores ambientais, uma vez que, desse processo, resulta toda a sequencialização e dinâmica da intervenção.

Com vista a atingir as finalidades acima descritas, à conceção do currículo, subjazem, entre outros, os seguintes princípios<sup>3</sup>:

<sup>3</sup> Inscritos no Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho.

Cofinanciado por:



- Acesso ao currículo por todos os(as) alunos(as) num quadro de igualdade de oportunidades, assente no reconhecimento de que todos(as) têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo em todas as áreas de estudos;
- Assunção dos projetos e atividades desenvolvidos na comunidade escolar como parte integrante do currículo;
- Dinamização de momentos de apoio à aprendizagem dos(as) alunos(as);
- Oferta a todos os(as) alunos(as) da componente de Cidadania e Desenvolvimento.

Estamos cientes que se trata de um processo com intervenientes múltiplos no que respeita a relações e contextos e não o esquecemos na hora de elaborar cada Projeto Curricular de Turma.

Cofinanciado por:



## 2 - Projeto Curricular de Turma

Sendo necessário o confronto de uma variedade de perspetivas sobre temas e objetivos que reconheçam a ambiguidade do nosso público, pensamos um Projeto Curricular de Turma atendendo a todas as nossas particularidades.

Assim sendo, no PCT deve constar a escolarização e o nível de certificação profissional final da turma em questão e o período de desenvolvimento do mesmo.

### 2.1 - Contextualização

- Neste item deve ser referenciado: O pretendido com o Projeto Curricular de Turma da Escola e fazendo referência à escolarização final, ao nível de certificação profissional, aos(às) intervenientes no desenvolvimento do Projeto Curricular de Turma e à avaliação intermédia e final do mesmo.
- Os seus suportes legais. (Legislação aplicável em vigor e respetivos referenciais de curso).

### 2.2 – Competências Gerais

- Perfil dos(as) alunos(as) à saída da escolaridade obrigatória.
- Perfil de saída profissional.

Cofinanciado por:



## 2.3 Desenvolvimento Curricular por Disciplina Módulo/UFCD

### 2.3.1 Documentos Genéricos (comuns a todas as disciplinas)

- Matriz Curricular do Curso.
- Conteúdos programáticos.
- Avaliação – Orientação Geral

### 2.3.2 Documentos Específicos de cada Disciplina/Módulo /

**UFCD** - Organizados por Disciplina/ Módulo /UFCD, incluindo em cada uma delas:

- Competências específicas a desenvolver nos(as) alunos(as);
- Planos de sessão;
- Estratégias a implementar em contexto de sala de aula e fora desta;
- Recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento da formação.

### Planificação de Desenvolvimento Curricular Disciplina/Módulo/UFCD

Módulos (Número e Designação)	Horas	Conteúdos Programáticos	Competências específicas a atingir pelos(as) alunos(as) /Aprendizagens Essenciais	Estratégias	
				Contexto Sala de Aula	Fora do Contexto Sala de Aula

Cofinanciado por:



## 2.4 Atividades de complemento Educativo

- Atividades de Recuperação;
- Projetos Transdisciplinares; a elaborar por cada formador(a)/professor(a)/equipa formativa de acordo com as situações concretas, a aplicar a alunos(as) com assiduidade irregular.
- Provas de aferição de competências / conhecimentos. (A aplicar aos(às) alunos(as) que não obtiveram aproveitamento nos módulos concluídos).
- Atividades de enriquecimento curricular (Visitas de estudo, atividades extracurriculares, DAC's, trabalhos de projeto....).

## 2.5 Avaliação do desenvolvimento do PCT

- No final de cada ano letivo e, no final da ação deve ser elaborado respetivamente, um relatório de Avaliação Intermédia ou Final, evidenciando o desenvolvimento do Projeto Curricular de Turma, salientando o grau de concretização no que concerne:
  - Sucesso educativo dos(as) alunos(as); desistências, exclusões, abandonos e transferências; reprovações; cumprimento das planificações, alterações ao desenvolvimento do plano curricular; assiduidade dos(as) alunos(as); estratégias remediadoras (atividades de recuperação, trabalhos de projeto, DAC's e outras); temas desenvolvidos no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento; articulação Diretor(a) de Curso / Equipa Formativa; avaliação da formação tendo em conta os(as) intervenientes; apreciações da Instituição (referindo se foram, ou não, disponibilizados os meios necessários e referidos no PCT); Formação em Contexto de Trabalho; Prova de Aptidão Profissional (PAP-CP) / Prova de Avaliação Final (PAF-CEF).

Cofinanciado por:



### 3 – Cidadania e Desenvolvimento

No âmbito da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania, a implementação da componente de Cidadania e Desenvolvimento implica o compromisso de todos numa formação inclusiva de qualidade, centrada no aluno(a), que contribua para o seu desenvolvimento integral, facilitadora de aquisição de competências e saberes, que lhe permitam um desempenho social e profissional autónomo, criativo, responsável, solidário e democrático.

#### 3.1 – Organização e Funcionamento da Componente

A componente de Cidadania e Desenvolvimento, conforme portaria 235 – A/2018 de 23 de agosto, é uma área de trabalho transversal, onde se cruzam contributos das diferentes componentes de formação, disciplinas e UFCD com os temas da estratégia de educação para a cidadania da escola, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos(as) alunos(as).

Em consonância com a Missão da Escola os temas a abordar no âmbito da componente de Cidadania e Desenvolvimento são os seguintes:

Domínios Obrigatórios	CURSOS CEF	CURSOS PROFISSIONAIS
Interculturalidade	✓	✓
Saúde	✓	✓
Desenvolvimento Sustentável	✓	✓
Direitos Humanos	✓	✓
Educação Ambiental	✓	✓
Igualdade de Género	✓	✓

Cofinanciado por:



Domínios Opcionais	CURSOS CEF	CUROS PROFISSIONAIS
Mundo do Trabalho	✓	✓
Empreendedorismo		✓
Risco	✓	✓

O Desenvolvimento dos domínios acima indicados, é concretizado sob a forma de projetos transdisciplinares e parcerias, nos quais prticipam todas as disciplinas e UFCD sob coordenação do(a) professor(a) da disciplina de Cidadania e Mundo Atual e Área de Integração nos cursos CEF e Profissionais respetivamente, e também, com atividades programadas do Plano Anual de Atividades da Escola.

Cofinanciado por:



## Capítulo IV

### 1 – Recursos

Para o sucesso mais efetivo do presente PEE, a rentabilização dos recursos necessários ao desenvolvimento da formação torna-se essencial.

#### 1.1 - Recursos Materiais

A existência de instalações certificadas pelo Ministério da Educação, através da Direção Geral de Estabelecimentos Escolares – DGEstE e do Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP para o desenvolvimento do ensino/formação, faz da nossa instituição uma referência. Nomeadamente porque a **EPA** possui os equipamentos e as ferramentas necessárias ao desenvolvimento das ações a que nos propomos. Estes materiais, não só pela quantidade, mas também pela sua qualidade, potenciam as competências previstas nos planos de formação e asseguram a qualidade necessária ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem, assim como promovem uma articulação mais efetiva das diferentes componentes formativas e respetivas saídas profissionais.

Tendo em conta as exigências das áreas formativas, cada uma das nossas delegações responde adequadamente às necessidades específicas que este tipo de ensino [profissional] requer, dispondo também de meios didático-pedagógicos e audiovisuais que asseguram a qualidade necessária no processo de educação-formação, dispondo de salas de aula equipadas com:

Cabide

Armário

Caixote do Lixo

Mesas e Cadeiras

Quadro (Interativo/Giz/Caneta)

Computador

Retroprojektor

Cofinanciado por:





Para além destas salas comuns, em todas as delegações, temos uma sala de informática e ainda salas técnicas onde os(as) alunos(as)) podem desenvolver a componente prática do curso que frequentam, nomeadamente:

Em Matosinhos - São Mamede de Infesta: salão de cabeleireiro, sala prática de instalações elétricas e energia e sala técnica para cuidados de beleza e bem estar;

Em Matosinhos – Guifões: restaurante, cozinha e uma sala técnica/laboratório para auxiliar de saúde e cuidados de beleza e bem estar;

No Porto - Ezequiel Campos: restaurante, cozinha de apoio à Hotelaria e Restauração e sala prática de energias renováveis.

## 1.2 - Recursos Humanos

Para a concretização dos objetivos do PEE, a EPA dispõe também de recursos humanos, articulando as sinergias destes em prol do sucesso educativo dos(as) nossos(as) jovens.

Nomeadamente, a EPA dispõe de **pessoal não docente** que faz a mediação, num equilíbrio colaborativo, com todas as pequenas e grandes ações que decorrem diariamente nas nossas instalações. Para além destes, **os(as) docentes** devidamente habilitados e com experiência formativa e profissional em percursos dos Cursos de Educação e Formação de Jovens e Cursos Profissionais que procuram, naquilo que lhes é permitido, atualizar as técnicas e tecnologias que o mercado utiliza para um melhor enquadramento dos(as) nossos(as) jovens no mundo de trabalho, nas áreas de formação que a EPA desenvolve.

Temos ainda, em conformidade com o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, a **Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)**, que em articulação com todas as estruturas da Escola tem como principais funções:

- Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva;
- Propor as medidas de suporte à aprendizagem;
- Acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem;

Cofinanciado por:



- Prestar aconselhamento aos(às) docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas;
- Acompanhar o funcionamento do **centro de apoio à aprendizagem (CAA)**.

O CAA - centro de apoio à aprendizagem, em colaboração com os demais serviços e estruturas da escola, nomeadamente os Diretores de Curso tem como objetivos gerais:

- Apoiar a inclusão dos(as) alunos(as) no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar;
- Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.
- 

Para gerir e coordenar todos estes recursos temos a Direção e a Direção Pedagógica que, dentro das suas competências, praticam os atos necessários à representação e defesa dos interesses da escola e dos seus recursos humanos, assegurando ainda as condições necessárias ao normal funcionamento da mesma.

### 1.3 - Recursos Financeiros

A EPA dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe são atribuídas pelo Programa Operacional de Capital Humano (POCH).

A escola candidata-se a apoio financeiro para as despesas inerentes à oferta formativa que ministra com o objetivo de possibilitar a frequência dos(as) alunos(as) até à conclusão do curso ou ao término do ciclo de formação.

Cofinanciado por:



## Capítulo V

### **1 - Parcerias**

A Alternância mantém parcerias e contactos sistemáticos com instituições, entidades e outros agentes a nível local e nacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho.

Para uma maior eficiência do desenvolvimento das ações, a escola assegura uma comunicação permanente com os parceiros sociais e defende uma participação ativa em eventos de carácter social e cultural com o objetivo de promover nos(as) jovens uma maior motivação.

Também, porque o envolvimento da EPA no tecido económico e social é fundamental para a promoção da empregabilidade dos(as) alunos(as), a escola constitui-se parceira, entre outros:

- Do Conselho Consultivo do Emprego e da Formação em Matosinhos;
- Da Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (ADEIMA) – Centro Qualifica;
- Do IEFP, I.P. - Instituto do Emprego e Formação Profissional, no âmbito da dinamização conjunta de cursos de Aprendizagem em Alternância.
- CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Tem juntamente um Acordo entre Parceiros para o desenvolvimento e execução do PIICIE – “AMP + Aprendizagens, Equidade e Inclusão”.

Constitui-se como membro da Rede Maior Empregabilidade – Ensino Profissional, dinamizada pela ANQEP, com o apoio da ANESPO, para a promoção da

Cofinanciado por:



empregabilidade dos(as) seus(suas) diplomados(as) e para melhor conhecimento das dinâmicas de inserção no mercado de trabalho.

Integra a lista de Parceiros da DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) Urbano da Frente Atlântica.

Ainda, na qualidade de membro da UNINORTE – União Cooperativa Polivalente da região Norte, CRL., a Alternância participa, em parceria com a COFAC – Universidade Lusófona e do IPP – Instituto Politécnico do Porto, IP, na implementação de projetos para dar sequência de estudos superiores na Universidade e/ou no Ensino Politécnico.

Assume-se, ainda, membro da Rede “Encontro Regional da Educação e Formação Profissional – Desafios para a educação e formação técnica no Grande Porto.”

Também, no âmbito do Programa NORTE2020, desenvolve parceria com diversas entidades, entre as quais a ADEIMA, Camara Municipal de Matosinhos, CPCJ de Matosinhos e Agrupamentos de Escolas do Concelho para a implementação do “Projeto SINERGIAS”.

Além destas parcerias, participa, através de convite e/ou convocatória em reuniões:

- Da Câmara Municipal de Matosinhos;
- Da Comissão Social do Concelho de Matosinhos;
- Conselho Municipal da Educação (Matosinhos);
- Conselho Municipal da Juventude de Matosinhos;
- Conselho Local de Ação Social de Matosinhos (CLAS)
- Comissão Social de Freguesias (União de Freguesias de Guifões, Custóias e Leça do Balio e União de Freguesias de S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora)

Cofinanciado por:



- Da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Matosinhos (CPCJ);
- Da Comissão concelhia para a inclusão social do concelho de Matosinhos;
- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Matosinhos;

A EPA é ainda sócia de entidades como:

- A Associação Nacional de Escolas Profissionais - ANESPO;
- A Confederação Cooperativa Portuguesa, CRL.- CONFECOOOP.

Cofinanciado por:



## **Capítulo VI**

### **1 - Formação Contínua do pessoal docente e não docente**

O desenvolvimento da melhoria das nossas práticas letivas e formativas tem ainda por base um processo de autoavaliação que nos permite traçar planos de melhoria e mesmo detetar necessidades formativas para organizar e planificar os planos individuais de desenvolvimento profissional dos nossos colaboradores, quer se tratem de formadores(as)/professores(as) ou funcionários de apoio à ação educativa. Porque o processo de ensino/formação necessita de profissionais qualificados asseguramos aos(às) formadores(as)/professores(as) formação contínua (certificada) e em parceria com a Universidade de Santiago de Compostela (Master e Pós-Graduação) em áreas com ligação direta à educação/formação e ao cumprimento da componente pedagógica.

Esporadicamente, a EPA é, por diversas entidades, convidada a participar em algumas outras formações no que concerne à Educação e Formação, com o desígnio da comunidade educativa trabalhadora se manter atualizada nesta exorbitante matéria que carece de ajustes constantes.

Cofinanciado por:



## Capítulo VII

### **1 - Avaliação da Instituição**

A Lei nº 31/2002 de 20 de dezembro, que aprova o sistema de avaliação na educação dos vários níveis de ensino para os estabelecimentos de educação e formação da rede pública, privada, cooperativa e solidária, esclarece que para a promoção de uma melhoria mais qualificada é necessário que o sistema educativo se veja todo envolvido. Neste seguimento, a **Epa** está ciente que, só com os contributos de todos os membros da comunidade educativa se pode promover uma cultura de melhoria contínua da organização, do seu funcionamento e dos resultados dos projetos educativos.

#### **1.1 - Análise Interna**

A cultura organizacional da **Epa** defende uma avaliação permanente. A avaliação do(a) formador(a) /professor(a), do(a) aluno(a), dos elementos da comunidade escolar e da própria entidade. Uma avaliação que forneça à comunidade educativa elementos de apreciação que permitam aferir os pontos positivos e outros onde exista a necessidade de aperfeiçoamento ou melhoria.

Em consonância com a Lei acima referida, os termos de análise da avaliação interna da escola assentam:

- No grau de concretização do projeto educativo e no modo como se prepara e concretiza a educação, o ensino e as aprendizagens dos(as) alunos(as)/ tendo em conta as suas características específicas;

Cofinanciado por:



- No nível de execução de atividades proporcionadoras de climas e ambientes educativos capazes de gerarem as condições afetivas e emocionais de vivência escolar propícia à interação, à integração social, às aprendizagens e ao desenvolvimento integral dos(as) alunos(as);
- No desempenho dos órgãos de administração e gestão das escolas ou agrupamentos de escolas, abrangendo o funcionamento das estruturas escolares de gestão e de orientação educativa, o funcionamento administrativo, a gestão de recursos e a visão inerente à ação educativa, enquanto projeto e plano de atuação;
- No sucesso escolar, avaliado através da capacidade de promoção da frequência escolar e dos resultados do desenvolvimento das aprendizagens escolares dos(as) alunos(as) em particular dos resultados identificados através dos regimes em vigor de avaliação das aprendizagens;
- Na prática de uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa.

## 1.2 - Análise Externa

A avaliação externa<sup>4</sup>, em termos gerais ou em termos especializados, assenta em aferições de conformidade normativa das atuações pedagógicas e didáticas e de administração e gestão, bem como de eficiência e eficácia das mesmas. A avaliação externa pode igualmente assentar em termos de análise da qualificação educativa da população, desenvolvendo-se neste caso, fora do âmbito do sistema educativo.

A implementação de um sistema de gestão de qualidade vem contribuir para um aumento do grau de satisfação dos(as) alunos(as) e dos(as) restantes elementos da comunidade educativa, permitindo assegurar a confiança na qualidade dos serviços prestados e ao mesmo tempo reforçar a eficácia e organização da **Epa**.

<sup>4</sup> Segundo a Lei n.º 202/2012 de 20 de dezembro



Conforme consta no *site* Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP<sup>5</sup> o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (EQAVET), consagrado pela Recomendação de 18 de junho de 2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de Ministros da União Europeia, foi concebido para melhorar o Ensino e Formação Profissional no espaço europeu, colocando à disposição das escolas ferramentas para a gestão da qualidade. Neste seguimento, a EPA adota os instrumentos do EQAVET que permitem documentar, desenvolver, monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência da oferta formativa e a qualidade das práticas de gestão, envolvendo mecanismos de avaliação interna e externa, e relatórios de progresso, estabelecendo critérios de qualidade e descritores indicativos.

A gestão da qualidade, realizada com base nestas orientações e instrumentos do EQAVET<sup>6</sup>, procura assegurar a qualidade da formação, tendo sempre presente um conceito de melhoria contínua.

<sup>5</sup> <http://www.anqep.gov.pt/>

<sup>6</sup> Ver Instrumentos EQAVET

Cofinanciado por:



## Capítulo VIII

### **1 - Suportes de Desenvolvimento do Projeto Educativo**

#### **1.1 - Regulamento Interno**

O enquadramento legal do Regulamento Interno rege-se atualmente pelo Decreto-Lei 92/2014, de 20 de junho que o consagra como o documento que define o regime de funcionamento da escola, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos, bem como os direitos e os deveres da comunidade educativa<sup>7</sup>.

#### **1.2 - Plano Anual de Atividades**

O plano anual e plurianual de atividades concretiza os princípios, valores e metas enunciados no projeto educativo elencando as atividades e as prioridades a concretizar.

É com esta lógica que temos por missão prosseguir um processo educativo consubstanciado num Plano Anual e Plurianual de Atividades (PAA) tão vasto quanto a realidade o exija.

Por este motivo foi pensado um PAA com temas destinados à promoção de uma cidadania ativa e atividades integradoras que abram horizontes e outras perspetivas aos(as) alunos(as)<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Ver DG.005 – Regulamento Interno

<sup>8</sup> Ver DG.007 – Plano Anual de Atividades

Cofinanciado por:



## 2 - Acompanhamento do Desenvolvimento do Projeto Educativo da Escola

Num processo de melhoria contínua o desenvolvimento do PEE será avaliado anualmente, sendo elaborados relatórios de avaliação intermédia no final de cada ano e um relatório final no terceiro ano de vigência do PEE.

O relatório de avaliação final do PEE assenta na recolha de dados feita periodicamente, com recurso a relatórios, questionários, registos diversos e outros instrumentos considerados adequados para o efeito.

O resultado da avaliação efetuada será divulgado a toda a comunidade escolar, para uma reflexão e partilha de responsabilidades e de soluções para o processo de melhoria contínua que se pretende.

Cofinanciado por:



## Nota Final

Só com energias (con)centradas no mesmo foco se poderão ver os objetivos a que nos propomos realizados.

O PEE e os dois documentos em anexo foram criados, vistos e revistos pela comunidade educativa, escolar e local, e parceiros sociais.

Este Projeto Educativo da Escola mereceu a análise dos intervenientes internos da escola, assim como um parecer positivo dos parceiros sociais (externos), sendo então aprovado em Conselho Pedagógico a sua versão inicial em 30/03/2017.

Decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho e do Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho, houve necessidade de proceder a um ligeiro reajustamento na nossa estrutura organizacional e na estratégia de ação. Reajustamento aprovado em reunião do Conselho Pedagógico de 21/11/2018.

O presente PEE cumprirá o seu período de vigência – 2018/2021

Epa – Escola Profissional Alternância

Guifões, 21 de novembro de 2018

A Direção

Cofinanciado por:



## Recursos Bibliográficos

- Decreto-Lei nº 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo ANQEP-Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. Disponível em <http://www.anqep.gov.pt/default.aspx> consultado a 20 de Julho de 2016
- Decreto-Lei nº 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo
- Decreto-Lei nº 205/1996 – Regime Jurídico da Aprendizagem
- Decreto-Lei nº 85/2009, de 27 de Agosto - Lei de Bases do Sistema Educativo
- Decreto-Lei nº 51/2012, de 5 de Setembro – Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar
- Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Julho – Princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário
- Decreto-Lei nº 91/2013, de 10 de Julho – Primeira alteração ao decreto-lei nº 139/2012, de 5 de Julho
- Decreto-Lei nº 92/2014, de 20 de Junho – Regime Jurídico das Escolas Profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior
- Despacho Conjunto nº 453-2004 – Regulamento dos Cursos de Educação e Formação
- Despacho Normativo nº 78/2015 – Regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, Regulamento Específico 2015 – Cursos de Aprendizagem – formar jovens para um emprego qualificado
- Parlamento Europeu e do Conselho (2015) Conclusões do Conselho sobre a redução do abandono escolar precoce e a promoção do sucesso escolar, Jornal Oficial da União Europeia
- Portaria nº 74-A/2013, de 15 de Fevereiro – Estabelece as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo que ofereça, o nível secundário de educação, e em escolas profissionais
- Portaria nº 341/2015, de 9 de Outubro – Normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação da oferta formativa de cursos vocacionais de nível básico e nível secundário nas escolas públicas e privadas
- Relatório de Intervenção – Instituto-Geral da Educação e Ciência, 2015
- Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho e Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho

Cofinanciado por:

